

POR UM PAISAGISMO POPULAR: REFLEXÕES PARA A PESQUISA, A PRÁXIS E O ENSINO DE ARQUITETURA DA PAISAGEM

FOR A POPULAR LANDSCAPE ARCHITECTURE: REFLECTIONS FOR RESEARCH, PRAXIS AND THE TEACHING OF LANDSCAPE ARCHITECTURE

Eugenio Fernandes Queiroga
Ana Cecília Mattei de Arruda Campos
Isabela Sollero Lemos
Daniela das Neves Alvarenga

RESUMO

A atual fase de aquecimento global, provocada pelos padrões de produção hegemônicos, agrava desigualdades. As questões tratadas neste artigo envolvem a relevância das paisagens, do pensamento-paisagem (Berque, 2023), dos espaços opacos (Santos, 1996; 2000) e das paisagens populares para a formulação de uma nova perspectiva para a arquitetura da paisagem que denominamos “paisagismo crítico e popular”. Este trabalho é resultado de décadas de experiência profissional, de pesquisa e ensino-extensão das autoras e do autor em territórios populares, onde foram empregados vários procedimentos de método tendo em comum sempre a imersão de campo. Os resultados coletivos dos trabalhos em paisagens populares demonstram a pertinência dos procedimentos dialógicos para a construção processual de saberes novos, contribuindo para a qualificação de paisagens, para a cidadania e para a renovação do ensino valorizando a extensão.

Palavras-chave: Paisagem. Espaços opacos. Paisagem popular. Paisagismo crítico e popular. Pesquisa e ensino de paisagismo.

ABSTRACT

The current phase of global warming, caused by hegemonic production patterns, exacerbates inequalities. The issues addressed in this article involve the relevance of landscapes, landscape-thinking (Berque 2023), opaque spaces (Santos, 1996, 2000), and popular landscapes for the formulation of a new perspective for landscape architecture that we conceptualize as “critical and popular landscape architecture.” The work is the result of decades of professional, research, and teaching-extension experience of the authors in popular territories, where various methodological procedures have been employed, always having field immersion in common. The collective results of the work in popular landscapes demonstrate the relevance of dialogical procedures for the procedural construction of new knowledge, contributing to the qualification of landscapes, citizenship, and the renewal of the teaching of architecture and urban landscape by valuing extension practices.

Keywords: Landscape. Opaque spaces. Popular landscape. Critical and popular landscape architecture. Research in landscape architecture. Teaching of landscape architecture.



I. INTRODUÇÃO

Em junho de 2024, por 13 meses seguidos, o planeta Terra bateu sucessivos recordes de temperatura, segundo o observatório europeu Copernicus (Abnett; Withers, 2024). As mudanças climáticas com o aumento da frequência dos fenômenos climáticos extremos, que se tornam cada vez mais intensos e extensos, geram enormes impactos sobre a biosfera e desastrosas consequências para as populações humanas, sobretudo para os mais pobres.

É preciso reconhecer os processos estruturais que nos impeliram até aqui se desejamos alterar o rumo de destruição de biomas, fome, miséria e morte de seres humanos e não humanos. O atual padrão de acumulação capitalista é o principal responsável pelo aquecimento global, produzindo e concentrando riquezas na mão de poucos a partir da exploração predatória de recursos naturais e humanos. Os países ditos desenvolvidos, centrais do sistema capitalista, são os que apresentam maiores níveis *per capita* de consumo de energia e de mercadorias, bem como possuem matrizes energéticas ainda majoritariamente baseadas em carbono.

2 Considerando o injusto, insustentável e alarmante contexto global atual, e particularmente a partir de nosso lugar de fala, a América Latina, este artigo propõe ao debate científico e acadêmico uma nova perspectiva para a práxis paisagística, denominada aqui de “paisagismo crítico e popular”.

A experiência profissional e acadêmica de várias décadas das autoras e do autor deste artigo formam a base para as reflexões que se formulam neste texto. Foram muitos os trabalhos (acadêmicos ou profissionais) realizados em diversos “espaços opacos” (Santos, 1996), de bairros rurais tradicionais a comunidades tradicionais caiçaras, de assentamentos rurais a quilombos, de territórios periurbanos a bairros periféricos, de favelas a conjuntos habitacionais, de ruas em bairro central popular até o sistema de espaços livres de acesso coletivo de uma ocupação em área central da capital paulistana.

A pluralidade de situações mencionada foi objeto de trabalhos de diferentes naturezas, entre as quais: projetos profissionais de espaços livres públicos, consultoria para projetos de sistemas de espaços livres públicos, consultoria para trabalhos no âmbito do planejamento urbano, projetos de extensão com diretrizes de propostas espaciais, projetos de pesquisa envolvendo observação participante e, em alguns casos, pesquisa-ação, projetos de pesquisa envolvendo atividades de oficinas com diferentes agentes sociais,

coordenação de curso de especialização em Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social (Athis) envolvendo a elaboração de propostas pelas/os estudantes com discussão junto a comunidades, orientação e realização de pesquisas de pós-graduação com imersão de campo em espaços opacos, atividades de ensino de graduação e de pós-graduação com caráter extensionista em territórios populares.

Neste trabalho, os resultados são fruto de sínteses entre experiências profissionais e pesquisas multimétodos (quantitativos, qualitativos, observação direta, entrevistas semiestruturadas, pesquisa-ação, entre outros), realizadas em geral de forma coletiva ao longo de quase quatro décadas, tendo como elemento comum a forte imersão das(os) pesquisadoras(es) em espaços opacos. As reflexões aqui apresentadas são apoiadas tanto em extensa base empírica quanto no quadro referencial teórico onde se destaca a Geografia crítica de Milton Santos (1978; 1996; 2000) e a Geografia cultural de Augustin Berque (2023).

Este artigo primeiro discorre sobre questões ambientais contemporâneas e a importância da paisagem neste contexto, mobilizando conceitos de paisagem de Simmel (2013) e de Berque (2023) no item “Ambiente e Paisagem”. No tópico seguinte (Espaços opacos – Paisagens populares), apresentamos o par heterônimo espaços opacos e espaços luminosos de Milton Santos (1996) e correlacionamos com o que denominamos “paisagens populares”. Aqui, é importante compreender a potência dos espaços opacos e das paisagens populares para seus moradores e para os processos de resistência e mudança, muito mais do que relembrar problemas e carências dos territórios habitados pelos pobres. O item seguinte, “Morfologias similares – Paisagens distintas”, procura distinguir as paisagens populares menos por seus padrões morfológicos e mais pelas distintas apropriações de seus sistemas de espaços livres (SELs), é a vivência de seus habitantes que nos permite singularizar cada paisagem. “Paisagismo crítico e popular” é o último tópico antes das considerações finais, de natureza propositiva para uma nova práxis paisagística, crítica porque não se pode ignorar as estruturas destrutivas do ambiente e da paisagem do paradigma ocidental moderno (Berque, 2023) e popular, pois há que se reconhecer o direito à paisagem (Queiroga, 2012), o direito e a potência de resistência e de transformação das paisagens populares e o direito a um paisagismo popular, realizado de forma efetivamente participativa. As “Considerações finais – para o porvir” retomam muito brevemente as questões centrais do trabalho e reafirmam

a importância de um paisagismo crítico e popular. Agradecimentos fundamentais encerram o texto.

2. AMBIENTE E PAISAGEM

Apontar a culpa do homem pela destruição da biosfera pouca luz traz à resolução da problemática sócio-climática-ambiental. A ideologia neoliberal, tão útil ao globalitarismo (Santos, 2000), perpassa as instituições e agências internacionais, transmitindo mensagens sobre “sustentabilidade” e consciência ambiental no nível dos indivíduos, estimulando “hábitos saudáveis” como caminhar em trilhas na natureza, onde se chegam a partir de pesados veículos de tração 4X4; ou de “consumo mais sustentável”, troque seu imenso SUV (*Sporty Utility Vehicle*) movido a combustível fóssil por um elétrico, de mesmo tamanho, sem se preocupar como é gerada a eletricidade que move seu novo veículo “sustentável” e para que países africanos serão descartadas suas enormes e tóxicas baterias. A obsolescência programada impõe às populações urbanas um tempo preciosos de vida gasto em horas e mais horas de trabalho para garantir símbolos de status, são tênis de marcas que legitimam a entrada de jovens periféricos em shoppings pouco menos periféricos, são bolsas e sapatos de grifes de luxo que não permitem liquidações e sim descarte dos produtos não vendidos, há que se manter a imagem diferenciada da grife, são novos apartamentos em edifícios com certificados LEED feitos no lugar de edifícios demolidos de ótimo padrão, com não menos que 15 andares, em bairros nobres da metrópole paulistana. Já não podemos mais adiar a revisão das bases em que operam as grandes corporações capitalistas com a complacência, ou pior, com o apoio de governos do Norte e do Sul global.

O atual padrão de acumulação capitalista gera desigualdades sociorraciais e territoriais, produzindo racismo ambiental. A psicoesfera que antecede e nos leva a crer na pertinência da tecnosfera contemporânea é cuidadosamente engendrada (Santos, 2000). “Estamos fazendo a nossa parte”, ou não?

Diante deste quadro estrutural, que papel tem a paisagem, os paisagistas e os arquitetos que atuam com a paisagem? A questão ambiental é também uma questão de paisagem?

Simmel (2013) propôs a paisagem como categoria filosófica de compreensão da natureza e do mundo. Para ele, a paisagem é síntese, não decom-

ponível em elementos, assim a leitura de paisagens se faz a um só tempo por suas dimensões ética e estética, ao qual acrescentaríamos, também, as dimensões política e técnica. A perspectiva simmeliana de compreensão da paisagem e dos fenômenos nela implicados é, portanto, sempre um processo de totalização.

Ao tratar da destruição das paisagens, inclusive as que valorizamos, Berque (2023) deixa clara a necessidade de rompermos com o que ele denomina como “paradigma ocidental moderno clássico” (POMC) e suas dicotomias, se desejarmos, não apenas conservar as paisagens que nos encantam a séculos, mas também para evitar a própria destruição de nossa civilização ocidental. A relação homem e natureza, entendida no POMC como uma relação sujeito e objeto, distingue o homem da natureza, separa o homem da paisagem. Dentro deste paradigma, se permite às classes dominantes manejar, segundo seus interesses, a natureza como recurso objetivo, propõe-se às classes dominadas que trabalhem com ainda mais afinco para um dia também desfrutarem dos objetos de consumo que “certamente” lhe trarão a felicidade. A ideologia neoliberal corresponde, de fato, ao reino das necessidades (econômicas) e não ao reino da liberdade (cultura).

O pensamento-paisagem (Berque, 2023) permitiu a construção de paisagens culturais de extrema beleza e significado para sociedades pré-modernas sem paisagistas. Para tais sociedades, a paisagem lhes era intrínseca, não um objeto exterior, não se tratava de um sujeito a olhar de maneira distanciada uma porção do território até o alcance da vista, pelo contrário, a paisagem era seu quadro de vida, o sujeito (coletivo) imerso em seu cotidiano produzia a cada instante a paisagem e com ela se identificava. Paisagem e sociedade se produziam numa relação biunívoca, identitária, uma relação sujeito-sujeito.

Para Berque (2023) o pensamento-paisagem precisa ser novamente praticado para superarmos a crise paisagístico-ambiental a qual nos levou o POMC. Não se trata de tarefa simples, ou de responsabilidade (apenas) dos paisagistas, mas com certeza cabe aos arquitetos da paisagem compreender a importância das paisagens como resistência e como potência para um outro devir.

Ambiente e paisagem não são a mesma coisa, mas se relacionam de maneira fundamental ao se constituírem no quadro de vida das sociedades e de seus diferentes grupos socioculturais. A perspectiva da paisagem, ou, de maneira

berquiana, o pensamento-paisagem, poderá incidir de forma crítica em prol dos processos sócio-ecológicos-ambientais onde o planeta, a biosfera e o ecúmeno se constituam em totalidade, síntese dinâmica, para quaisquer formas de vida e de cultura.

3. ESPAÇOS OPACOS – PAISAGENS POPULARES

Milton Santos (1996) denominou os espaços de altas densidades técnicas, científicas e informacionais de espaços luminosos, ao passo que os espaços opacos são, por oposição, aqueles onde estas características estão ausentes. Ambos se relacionam dialeticamente. Os primeiros são os subespaços da velocidade, do tempo rápido, da fluidez, da circulação vertiginosa de informações e de imagens, valorizam as mudanças mais do que as memórias, formam os territórios de maior interesse das empresas hegemônicas e das classes dominantes, onde o valor de troca se sobrepõe ao valor de uso, atraem atividades com maior conteúdo de capital, tecnologia e organização, são típicos espaços da globalização econômica. Os espaços luminosos são pautados por “verticalidades”, relações organizacionais em redes de espaços não contíguos onde as ordens e as dinâmicas são dadas de forma hierárquica e distante dos lugares onde elas incidem.

Os espaços opacos apresentam tempo lento, baixa fluidez, menor circulação, formam lugares mais rugosos, com maior resistência às mudanças, são identificados pelas grandes empresas e pelo Estado como “lugares do atraso”, com baixa densidade de capital, tecnologias “desatualizadas”, organizações não pautadas pela racionalidade capitalista. Os espaços opacos são ocupados por “homens lentos”, possuidores de maior consciência do lugar que habitam, que produzem e que os constituem, apresentam maior resistência à violência do dinheiro em seu estado puro (Santos, 2000), estão menos sujeitos ao bombardeio de imagens alienantes, mercadorias fúteis e serviços desnecessários. Os espaços opacos são pautados por “horizontalidades”, relações orgânicas de solidariedade dada por vizinhança e contiguidade (Santos, 1996).

Para Milton Santos (1996; 2000), os homens lentos se valem da solidariedade orgânica, constituída por relações horizontais (não hierárquicas) exercida nos lugares (espaços da copresença), para resistir e inovar. Seus cotidianos e a experiência da escassez lhes impõe a consciência, a criatividade. São portadores do novo, na medida em que não se vinculam “cegamen-

te” ao trabalho visando exclusivamente ao consumo dos bens e serviços do circuito superior da economia. Para os homens lentos, a economia (reino das necessidades) não se sobrepõe à cultura, às relações comunicacionais que podem apontar para o reino da liberdade.

Se a paisagem é, para a Geografia crítica, uma categoria ontológica interna do espaço (Silva, 1986), então, por consequência, a opacidade do espaço está também presente em suas paisagens, assim como a luminosidade dos espaços se revela em paisagens luminosas. As paisagens opacas não são valorizadas por quem habita as paisagens luminosas, nem pelas grandes empresas que nelas vêm menor oportunidade de valorização do capital. Paisagens opacas possuem, portanto, maior inércia, mudam mais lentamente, são mais resistentes à modernização exógena capitalista.

Nas paisagens opacas, coexistem práticas econômicas e culturais não capitalistas, ou do circuito inferior da economia capitalista. São lugares de vida dos povos originários, das comunidades tradicionais rurais, dos agricultores familiares desprovidos de capital, dos movimentos dos trabalhadores sem terra e sem teto, dos pobres urbanos que habitam as periferias, as franjas da urbanização, mas também os bairros populares centrais, com alta presença de cortiços. Num país marcado pela concentração de renda e pelas desigualdades socioterritoriais, as paisagens opacas abrigam imensas parcelas da população, são paisagens populares.

As classes dominantes e os estratos de renda média da sociedade brasileira, ou de maneira geral latino-americana, com seu sistema de valores associados à cultura e a economia de (ir)racionalidades capitalistas, não compreendem as paisagens populares. No caso das paisagens populares urbanas periféricas, não as frequentam, enxergam-nas de longe, veem nelas problemas intrínsecos a elas, como se tais problemas não fossem consequência do modo de exploração capitalista. As elites e classes médias, apoiadas pelas grandes mídias, naturalizam as tragédias que a situação estrutural de vulnerabilidades socioambientais e climáticas impõem às populações das paisagens populares, como se fosse natural a exploração sociorracial, como se fosse culpa dos pobres ocuparem áreas de riscos (Figura 1).

A distribuição e a exposição desiguais aos riscos ambientais não são entendidas pelos “atores da modernização ecológica” enquanto relação entre dinâmicas de acumulação e escolhas técnicas, subordinadas a estas (Acsele-rad, 2002). Ambientalistas conservadores ou empresários ambientalizados

não articulam a degradação ambiental à injustiça sociorracial. O enfrentamento da questão ambiental é momento de ganhos de democratização, de resistência e fortalecimento de cidadania, vai além da eficiência técnica ou ampliação de mercados. Neste contexto, se destacam ações de comunidades de pescadores na Baixada Santista, em especial da Ilha Diana, junto ao Porto de Santos (Figura 2). As atividades de pesca e turismo cooperativo foram afetadas diretamente pelas atividades portuárias e sua expansão por sobre áreas ambientalmente sensíveis. Projeto de extensão entre academia, instituto de pesquisa e entes públicos garantiu ao menos a permanência da comunidade e uso do solo por meio de legislação existente, mas pouquíssimo aplicada aos fins que se destina.

No caso de paisagens populares rurais, agrárias e/ou extrativistas, interioranas ou litorâneas, pode-se ainda destacar que a aproximação dos extratos sociais de renda média e alta se dá, via de regra, enquanto turistas-consumidores, ou enquanto empreendedores que extrairão destas paisagens seus recursos, alterarão as formas de produção, fragilizando as práticas tradicionais, desequilibrando as relações preexistentes, expulsando e desqualificando os antigos moradores (Figura 3). A modernização capitalista das paisagens rurais populares quase sempre as destroem, transformando-as, na melhor das hipóteses, em cenários bucólicos para a indústria do turismo. A opacidade das paisagens populares rurais é, quase sempre, a garantia de sua permanência.

As paisagens populares são divididas grosseiramente pelas classes dominantes entre feias (loteamentos periféricos, favelas etc.), ou belas (rurais), em ambas os modos de vida de seus habitantes não são compreendidos nem respeitados. Invisibilizando seus moradores, (pre)concebem cenários, não se lê paisagens em seu sentido profundo, a rigor são paisagens invisíveis para as classes dominantes.

4. MORFOLOGIAS SIMILARES – PAISAGENS DISTINTAS

A morfologia das paisagens periféricas das grandes cidades é similar dada sua lógica de produção material comum. Nas grandes metrópoles latino-americanas, a maior variação morfológica das paisagens periféricas se dá mais em virtude das condicionantes dos sítios, mais ou menos íngremes, do que em relação ao país em que se encontram, ou em relação a serem litorâneas ou interioranas (ver figuras 4 a 6). As favelas nas áreas planas

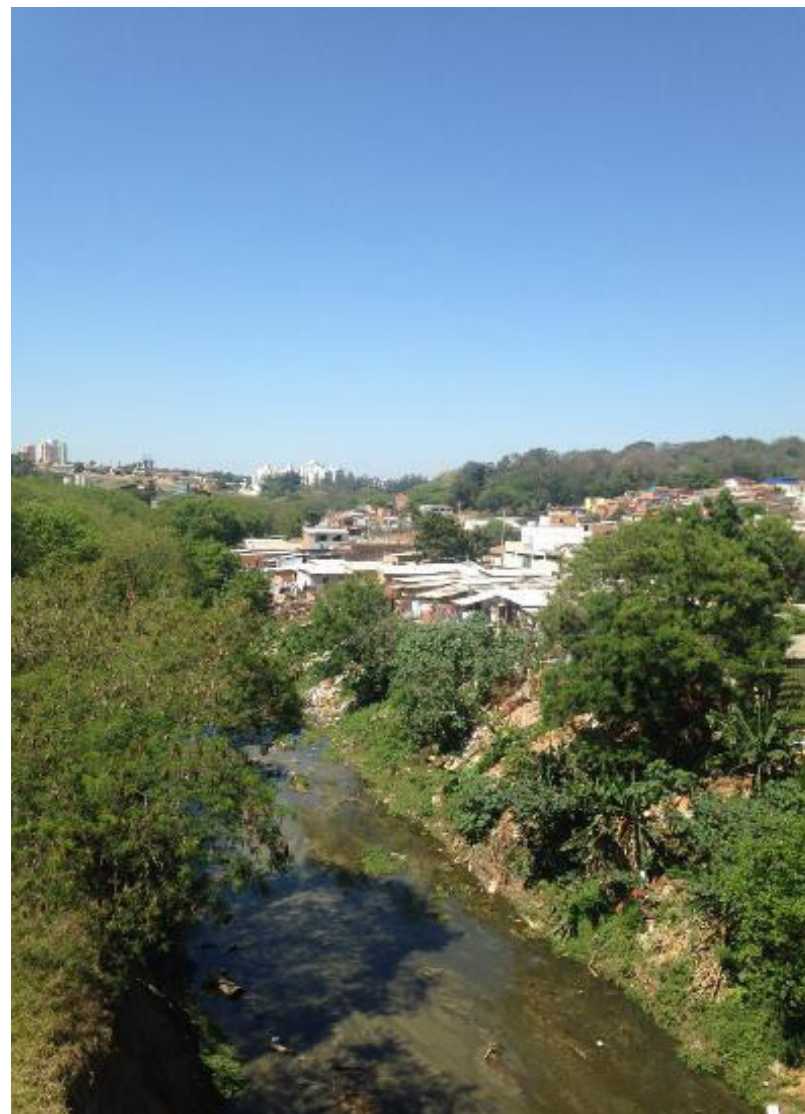


Figura 1 – Ocupação junto ao Ribeirão Anhumas, rua Moscou, Campinas. Com remoção anterior de moradores, um projeto do parque linear não foi implantado e novamente as margens foram ocupadas, com risco de deslizamento e inundações. Foto: Autora 2, 2019.



Figura 2 – Comunidade de pescadores da Ilha Diana, na Baixada Santista.
Foto: Autora 2, 2024.

6



Figura 3: Distrito de Catuçaba, São Luiz do Paraitinga (SP).
Foto: Autora 4, 2022.

do Rio de Janeiro, São Paulo, Bogotá ou Buenos Aires são morfologicamente semelhantes, assim como as favelas cariocas em encostas, ou nas periferias de Belo Horizonte, Bogotá ou Cidade do México apresentam fisionomias similares.

Mas a paisagem não se resume à sua fisionomia, ao vivenciá-la, descobre-se sua singularidade. Cada território periférico possui uma paisagem que o identifica e o distingue em relação aos bairros vizinhos, ainda que possuam o mesmo padrão morfológico. A paisagem faz parte do quadro de vida de cada comunidade, de cada bairro popular, esteja ele compondo a área central ou rural de uma metrópole. Cada morador(a) sabe exatamente qual é seu bairro, seu “território” e os atributos da paisagem na microescala são fundamentais para esta identificação.

As paisagens populares se constituem em elementos identitários para seus moradores, dando-lhes noção de pertencimento. Nas grandes metrópoles brasileiras, é crescente o envolvimento de jovens em coletivos culturais, é comum suas lideranças participarem de várias pautas socioculturais, coletivos e movimentos de diversas pautas se interseccionam. Os homens lentos das paisagens populares, sobretudo os mais engajados nas lutas de seus territórios, atuam em redes, utilizam as plataformas digitais, mas diferentemente dos moradores dos espaços luminosos, o fazem como estratégia de resistência, cientes de sua cidadania incompleta, lutam em prol da legitimação de uma cidadania crítica e plural, não sucumbem ao fetiche da mercadoria. Fortalecem, nesses processos cotidianos, as relações identitárias e de pertencimento entre os homens lentos e suas paisagens.



Figura 4 – “Colonias populares” de Santa Fe, Cidade do México.
Foto: Autora 3, 2021.



Figura 5: Distrito do Jardim Ângela, na Zona Sul de São Paulo.
Foto: Autora 3, 2022.



Figura 6: Praça no bairro popular Patio Bonito, em Bogotá.
Foto: Autora 3, 2022.

As paisagens populares apresentam maior riqueza e complexidade de significados para quem nelas vive, ou para as(os) pesquisadoras(es) que se propõem a conhecê-las e não simplesmente ir a campo para comprovar suas hipóteses preestabelecidas (figuras 7 e 8). As paisagens populares são muitas e diversas, potencializam processos culturais e políticos contra-hegemônicos, não sem inúmeras contradições, até porque não são “ilhas isoladas” e apartadas do mundo.

O estudo das práticas socioespaciais nos sistemas de espaços livres (SELS) contribui para a compreensão das questões e dos potenciais de cada paisagem popular. As apropriações públicas ou privadas dos espaços livres permitem identificar ações e relações entre as esferas de vida pública e privada próprias de cada território. As contradições, os conflitos, as pactuações que se estabelecem para as apropriações dos SELs caracterizam os lugares e suas respectivas paisagens, como a investigação empírica extensa e diversa provou demonstrar.

Apreender as paisagens populares através das práticas socioespaciais cotidianas, sobretudo em seus SELs, contribui para caracterizar a existência de uma esfera pública popular em movimento dialético entre a esfera pública geral (o sistema de ações que se realizam em público) e a esfera pública política (as ações públicas voltadas ao agir comunicativo, ao debate político-cultural).¹ A esfera pública política popular pode, através do embate político mais amplo, ver seus temas ascenderem ao centro do debate público, ao núcleo decisório no âmbito do Estado, com consequências na formulação de políticas públicas. É isto que se observa, em certa medida, com as políticas de cotas raciais no Brasil, ou de forma muito incipiente nas políticas de igualdade de gênero. As paisagens populares, como integrantes do cotidiano, se constituem como elemento da esfera pública, geral e política.

Ao investigarmos e vivenciarmos as paisagens periféricas, tem-se claro a maior complexidade das práticas socioespaciais: a todo momento borra-se a fronteira entre os espaços privados e públicos. Há espaços privados que se publicizam em determinados momentos, outros, pelo contrário, são propriedades públicas apropriadas de forma privada por este ou aquele grupo social, por períodos de tempo variáveis também. Ações que tipicamente se realizariam em praças públicas, podem se dar em outros locais gerando pracialidades de diferentes escalas e intervalos temporais (Queiroga, 2002),

¹ Sobre os conceitos de esfera pública geral e estrita, cf. Queiroga (2012); sobre o conceito de esfera pública política, cf. Habermas (2006); sobre a teoria da ação comunicativa cf. Habermas (1987).



Figura 7 – Escadaria qualificada por ação de moradores, Jardim Vera Cruz, São Paulo. Foto: Autora 3, 2023.



Figura 8 – Família trabalha na calçada adjacente a casa, no bairro popular Patio Bonito, em Bogotá.
Foto: Autora 3, 2022.



Figura 9 – Entrada do tianguis de Santa Fe, Cidade do México.
Foto: Autora 3, 2021.



Figura 10 – Feira popular às margens da Rodovia Miguel Melhado, Campinas, em processo de remoção, assim como mais de 150 edificações, devido a obras de ampliação da rodovia.
Foto: Autora 2, 2021.



Figura 11: Quadra de futebol nas “colonias populares” de Santa Fe, Cidade do México.
Foto: Autora 3, 2021.

desde os inúmeros campinhos de futebol implantados precariamente nas periferias das cidades brasileiras ou nas favelas de Buenos Aires, até os imensos *tianguis* (mercados de rua) da Cidade do México (figuras 9 a 11).

Compreender as apropriações e os processos de produção dos SELs nos espaços populares permite ir além da discussão da materialidade das paisagens populares e do sistema de objetos constitutivos dos espaços livres, permite ir além da crítica sobre a morfologia da paisagem, rumo à reflexão e formulação de um paisagismo crítico e popular.

5. PAISAGISMO CRÍTICO E POPULAR

Na virada do século, Milton Santos (2000) afirmou estarmos vivenciando o início do “período popular da história”, identificando nos pobres não apenas a qualidade de resistência à globalização e seus agentes hegemônicos, mas serem portadores do novo, criadores, em seus lugares de vida, da pluralidade cultural e de alternativas sócio-econômica-ambientais às perversidades da globalização econômica. O caminho já trilhado e a percorrer para a consolidação do período popular da história está apenas começando, o embate desigual de forças não permite esmorecer a luta por um futuro socialmente justo e ambientalmente sustentável. A perspectiva crítica, desde a primeira formulação da teoria crítica por Horkheimer (1975, 1976), passando pela geografia crítica de Milton Santos (1978, 1996, 2000), deve permear outros campos do saber e do agir em prol das necessárias transformações do mundo.

Diante das desigualdades socioambientais globais e particularmente latino-americanas, há que se postular por um paisagismo posicionado criticamente. Não significa, com isso, defender este ou aquele partido político, mas há que se compreender os efeitos políticos e sociais de nossas ações enquanto paisagistas, enquanto arquitetos da paisagem, enquanto docentes e pesquisadores da área. Não basta simplesmente produzir belos jardins, ainda que públicos, há que se questionar a pertinência dos projetos realizados na contemporaneidade. Eles respondem às questões sociais, raciais, de gênero, etárias, de acessibilidade, climáticas e ambientais contemporâneas dos lugares em que estão inseridos? Que contribuição eles apresentam para a diminuição ou ao menos para dar visibilidade a estas questões? Para parques implantados em áreas periféricas, são cogitados equipamentos culturais e acervos de porte como museus ou bibliotecas

encontrados em parques centrais, de modo igualitário? De que maneira estamos educando nossos futuros colegas paisagistas para que contribuam na produção de espaços mais adequados sob o ponto de vista das questões acima?

A formulação de um paisagismo crítico remonta, ao menos no estado de São Paulo, à obra de Miranda Magnoli que assumindo a docência da disciplina de Paisagismo na FAU-USP², ampliou seu campo para além dos jardins, incluindo todos os espaços livres, os parques, as praças, os quintais, mas também as ruas, as rodovias, as florestas, os campos, as águas, ou seja, qualquer espaço livre de edificação na escala urbana, ou qualquer espaço livre de urbanização na escala regional (Magnoli, 1982). Miranda Magnoli reconheceu a paisagem como instância viva, síntese sempre dinâmica da interação entre os processos sociais e os processos naturais. Magnoli relacionou definitivamente a paisagem ao ambiente, negando-se a discutir isoladamente as questões ambientais, sempre o fizera a partir de uma perspectiva socioambiental. No campo profissional, as arquitetas paisagistas Miranda Magnoli e Rosa Kliass foram contratadas nos anos 1960 pela prefeitura do município de São Paulo para a elaboração de projetos de algumas praças, as arquitetas ampliaram o escopo de atuação e entregaram à municipalidade o primeiro Plano de Áreas Verdes Públicas de São Paulo, conceberam uma hierarquia de parques em função de suas escalas de atendimento e propuseram áreas para futuros parques em função da expansão urbana da cidade.

Para Magnoli, sempre foi preciso resistir às ondas do mercado profissional para se constituir rigorosamente um campo do conhecimento acadêmico, mesmo quando este apresente como finalidade principal a formação profissional para atuação prática. Conforme Queiroga (2006), desde os anos 1970, graças ao esforço seminal de Miranda Magnoli, os espaços livres públicos são o tema principal das disciplinas obrigatórias e optativas na área de Paisagem e Ambiente da FAU-USP, tanto na graduação como na pós-graduação. Trabalhar no ensino, extensão e pesquisa com os espaços livres públicos no âmbito da área de Paisagem e Ambiente busca garantir a qualificação das cidades para a vida pública, considerando as contradições,

2. Miranda Magnoli graduou-se na FAU-USP em 1955, atuou como professora colaboradora nesta faculdade de 1955 até 1972, inicialmente na disciplina de projeto de edificações. Em 1972, defende seu doutorado e passa a ser professora assistente, já na área de paisagismo. Estruturou o Grupo de Disciplinas Paisagem e Ambiente da FAU-USP nos anos 1970 e a área de concentração homônima no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da mesma faculdade, formou diversos mestres e doutores que formaram diversos mestres e doutores, constituiu escola.

potencialidades e dinâmicas que tal esfera de vida pode propiciar. Trata-se de uma opção política, de uma ética paisagística comprometida com a cidadania, com a criação de um ambiente humano que não negligencie as condições ecológicas e ambientais nem a luta por uma sociedade mais justa.

A experiência acumulada com projetos participativos de espaços livres, com atividades de extensão e pesquisa sobre paisagens populares, somada, no Brasil, à mudança do perfil do alunado das universidades públicas nos cursos de arquitetura e urbanismo a partir da acertada política de cotas sociais e raciais, nos leva a propor e debater uma nova abordagem no ensino, na pesquisa e na prática profissional do arquiteto paisagista, em prol de um paisagismo crítico e popular.

A dimensão popular renova a prática paisagística. Há que se aprender com a existência concreta das paisagens construídas pelas populações sem a presença de arquitetos, de paisagistas, ou urbanistas, compreendendo seus valores, acertos e equívocos. Não se trata apenas de reconhecer os saberes populares na concepção e produção de espaços livres mais ou menos, adequados às suas práticas socioespaciais, mas de propor sínteses de saberes que se realizam dialogicamente a cada proposta paisagística, acumulando e compartilhando as experiências exitosas e explicitando também os erros e limitações de cada ação projetual concretizada. Tem-se a premissa da elaboração participativa das soluções de paisagem, onde cada sujeito social envolvido se coloca como interlocutor, portador de saberes, estabelecendo-se o debate comunicativo no processo criativo de propostas no âmbito de programas, planos e projetos de SELs ou de espaços livres específicos.

Ao arquiteto da paisagem, impõe-se não mais apenas saber expressar suas propostas, ouvidas as demandas dos sujeitos sociais, é preciso saber ouvir a população e com ela elaborar criativamente programas, planos e projetos mais adequados às paisagens populares, considerando as demandas socioambientais, culturais e econômicas locais, considerando as contradições e os conflitos de interesse entre os agentes sociais envolvidos, bem como as questões interescares e sistêmicas intrínsecas aos espaços livres e às paisagens.

Uma prática paisagística popular que adote uma abordagem sistêmico-crítica deverá não apenas realizar propostas de paisagem e de espaços livres mais adequados às populações hoje pouco atendidas pela arquitetura da paisagem como também permitirá uma revisão do próprio ofício do ar-

quiteto paisagista. A valorização do processo projetual participativo deve superar a valorização do desenho autoral que quase sempre é estranho às paisagens populares. Por outro lado, o processo dialógico crítico costuma trazer novas soluções não previstas pelos sujeitos sociais antes do início do processo comunicativo, ampliando-se, desta maneira, a cultura paisagística. Pela prática participativa e popular novas questões se apresentam. Por exemplo, o que pode ou deve ser um parque urbano em território popular? Poderá eventualmente incluir espaços de produção agrícola ou agroflorestal? Faz sentido em paisagens populares empregar exatamente os mesmos programas de uso dos parques em bairros das classes dominantes? Poderia se pensar num parque crítico e popular, trazendo conteúdos que possam contribuir para reforçar práticas sociais emancipatórias já debatidas pela população local? Como pode ser um parque-escola em territórios urbanos periféricos, que abertura e que complementaridade pode-se estabelecer com a rede de escolas da região?³ Estas são apenas algumas questões que se abrem a uma prática paisagístico-crítica popular, haverá outras, de natureza técnica (mais sustentáveis na implantação e na manutenção dos projetos), ético-políticas, estéticas e poéticas (com efetiva troca de saberes populares e eruditos, permitindo a criação de saberes novos, híbridos), econômicas (atentas a alternativas de geração de renda, de segurança alimentar), pedagógico-educativas e ecológico-ambientais.

Há que se cuidar para que as propostas sejam não apenas atentas às demandas locais, mas respeitem lógicas ecológico-ambientais mais amplas, assim como eventuais questões socioespaciais de maior escala. Desta maneira, a práxis projetual participativa educa a todas(os) as(os) envolvidas(os) num processo de direitos e responsabilidades para além da escala da própria comunidade. O paisagismo crítico e popular contribui, portanto, com a formação política e cidadã dos sujeitos envolvidos.

O paisagismo crítico e popular possui experiências acumuladas suficientes para contribuir para a necessária mudança na formação das novas gerações

³ Vale conferir a experiência premiada do EcoParque Escola, promovido pela Escola Municipal de Ensino Fundamental Philó Gonçalves dos Santos, em Perus, São Paulo, em parceria com a FAU-USP. Por iniciativa de coordenadores e professores da escola, o projeto começou em agosto de 2021, objetivando transformar terreno com depósito de lixo em espaço livre qualificado onde alunos pudessem aprender através da vivência e apropriação de espaços livres de uso público. Apoiado por projeto político pedagógico inovador, o processo participativo para implantação do EcoParque formou rede que envolve a comunidade escolar, a academia através de professores e alunos de graduação, secretarias municipais, subprefeitura e moradores. Pautado pela interescares, integra políticas públicas municipais às ações locais.

de arquitetas(os) e urbanistas.⁴ É preciso, sem dúvida, mudar paradigmas consolidados e enraizados nos quadros docentes, tarefa árdua tanto quanto urgente, desafio que deve mobilizar a todas(os), docentes, discentes e gestoras(es) acadêmicas(os). A bem-vinda exigência do Ministério da Educação (MEC) da curricularização da extensão deve ser considerada um marco institucional na aproximação entre os cursos de graduação e a sociedade. A carga mínima exigida de 10% de atividades de extensão para todos os cursos de graduação do país pode ser considerada bastante tímida para uma mudança significativa dos cursos de arquitetura e urbanismo. Temos que ir muito além e propor que as atividades de extensão sejam efetivamente estruturais na formação em arquitetura e urbanismo, só assim sairemos do discurso sobre inclusão e a praticaremos de fato, com benefício a todas as pessoas envolvidas neste processo (docentes, estudantes e comunidades populares).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS – PARA O PORVIR

14

As paisagens são sínteses sempre dinâmicas entre processos sociais e processos naturais, são mais do que formas, fisionomias e materialidades. As paisagens se constituem em instância do quadro de vida dos diferentes grupos sociais, com valores e significados distintos para cada um deles. As paisagens populares se constituem em elemento identitário para seus vienciadores, contribuindo para a constituição de uma esfera de vida pública popular.

Diante da crise sócio-climática-ambiental estruturada pelo atual estágio do capitalismo global, com consequências profundamente desiguais, urge a tomada de consciência e a ação nos mais variados campos, das ciências às artes, das técnicas à política. É neste contexto que se coloca uma nova perspectiva para a práxis paisagística que denominamos de paisagismo crítico e popular. Por ele, busca-se uma prática efetivamente dialógica entre as comunidades populares e as(os) arquitetas(os) da paisagem, numa aproximação ao pensamento-paisagem (Berque, 2023). Não se trata de um caminho de mão única nem de soma de saberes, mas de sínteses a partir

das trocas de saberes, constituindo novos saberes através de uma práxis processual crítica e autocrítica.

Um paisagismo crítico e popular certamente contribuirá para a qualificação dos ambientes e das paisagens, bem como para o avanço da condição cidadã, para uma renovação no campo disciplinar, acadêmico e profissional, formando colegas paisagistas mais aptos aos desafios da contemporaneidade e renovando, de forma indissociável, o ensino, a extensão e a pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Às lideranças comunitárias que nos receberam ou nos procuraram e com as quais realizamos vários trabalhos, todos especiais. Às(aos) pesquisadoras(res) da Rede Nacional de Pesquisa Quapá-SEL e em particular às/aos pesquisadoras/res do Lab QUAPÁ da FAU-USP. Às/aos estudantes de várias décadas, muitas/os hoje colegas docentes, espalhadas/os pelo país e pelo mundo. Aos apoios dados pela Capes e pelo CNPq na forma de bolsas e à FAPESP e ao CNPq por auxílios a pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNETT, Kate; WITHERS, Alison. Mundo bate recorde de calor pelo 13º mês seguido. **UOL**, Bruxelas, 8 jul. 2024. Disponível em: <https://www.uol.com.br/eco/ultimas-noticias/reuters/2024/07/08/2024-pode-ser-ano-mais-quente-ja-registrado-no-planeta-dizem-cientistas.htm>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 5, p. 49-60, 2002.
- AZEVEDO, Giselle; RHEINGANTZ, Paulo Afonso, TÂNGARI, Vera (org.). **O lugar do pátio escolar no sistema de espaços livres: uso, forma e apropriação**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2017.
- BERQUE, Augustin. **O pensamento-paisagem**. São Paulo: Edusp, 2023.
- HABERMAS, Jürgen. **The theory of communicative action**. v. 2. Boston: Beacon Press, 1987.
- HABERMAS, Jürgen. **Entre naturalismo y religión**. Barcelona: Paidós, 2006.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: BENJAMIN, Walter et al. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril, 1975. p. 125-162.
- HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.
- GUEDON, Philippe; JATOBÁ, Ícaro. Entrevista de Cecília Maria de Moraes Machado Angileli. **Mosaico**, [s. l.], v. 10, n. 16, p. 1-9, 2019.
- MAGNOLI, Miranda. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. 1982. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- QUEIROGA, Eugenio. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa**. 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

4 Cf. p. ex. as práticas extensionistas do projeto Escola Popular de Planejamento da Cidade, coordenado por Cecília Angileli na Universidade Federal de Integração Latino-Americana (Unila) (Guedon; Jatobá, 2019); ou, exclusivamente na área de Paisagismo, as experiências hibridizadas de ensino/extensão em nível de graduação e de pós-graduação da FAU-USP, ou na ampla pesquisa do Grupo Sistema de Espaços Livres do Rio de Janeiro (SEL-RJ) da FAU-UFRJ sobre os pátios escolares (Azevedo; Rheingantz; Tangari, 2017).

QUEIROGA, Eugenio. Por um paisagismo crítico: uma leitura sobre a contribuição de Miranda Magnoli para a ampliação do corpus disciplinar do paisagismo. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, n. 21, p. 55-63, 2006.

QUEIROGA, Eugenio. **Dimensões públicas do espaço contemporâneo**: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros. 2012. Tese (Livre Docência em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Armando. As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia. **O espaço interdisciplinar**. São Paulo: Nobel, 1986. p. 25-37.

SIMMEL, Georg. Filosofia da paisagem. In: SERRÃO, Adriana. **Filosofia da paisagem**: uma antologia. 2. ed. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2013. p. 42-51.

Professor Titular da FAU-USP. São Paulo - SP, Brasil. Rua do Lago, R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-080. queiroga@usp.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4511567781446582> ; orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7102-1138>

Professora Doutora da FAU-PUC-Campinas. Coordenadora do LabQUAPÁ da FAU-USP. São Paulo - SP, Brasil. Rua do Lago, R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-080. anacecilia@arrudacampos.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4359487026286044>; orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7427-8222>

Doutora FAU-USP. São Paulo - SP, Brasil. Rua do Lago, R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-080. isabela.sollero@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1553746045513511>; orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9697-6988>

Doutora FAU-USP. São Paulo - SP, Brasil. Rua do Lago, R. do Lago, 876 - Butantã, São Paulo - SP, CEP: 05508-080. danielaneves.arq@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6916270394917619>; orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2104-7652>